

NORMA E IDENTIDADE SOCIAL

Roberto Gomes CAMACHO¹

RESUMO

Um ponto crucial da reflexão sobre a noção de norma é o valor simbólico que ela assume de mecanismo de controle e preservação de poder, identificado com grupos sociais dominantes. Esse mecanismo homogeneizador frequentemente aparece como um discurso do padrão, da normatividade e do monocentrismo cujas normas e costumes do “centro” (em geral, os da classe média) são admitidos como os únicos válidos e como os únicos a garantir sucesso e mobilidade social ascendente. Mas é forçoso reconhecer também que a questão da identificação entre norma padrão e língua está em tensão constante com a atribuição de outros significados sociais igualmente relevantes. Uma consequência crucial desse mecanismo é que uma comunidade linguística não deve ser definida como um grupo socialmente unificado por um conjunto de normas, como entende Labov ([1972] 2008), mas como um conjunto de grupos sociais que se relacionam dialeticamente no mesmo processo de criação de um sistema de normas, como entendem Marcellesi e Gardin (1975). Se esse sistema é controlado pelo grupo dominante, é também permanentemente contestado por grupos marginais num processo permanente de tensão política.

PALAVRAS-CHAVE: norma; identidade social; padrão mínimo; padrão arbitrário

0. Introdução

Um ponto crucial da reflexão sobre a noção de norma é o valor simbólico que ela assume de mecanismo de controle e preservação de poder, identificado com grupos sociais dominantes. Mas é forçoso reconhecer também que a questão da identificação entre norma padrão e língua está em tensão constante com a atribuição de outros significados sociais igualmente relevantes e que, muitas vezes, têm um valor simbólico de contraideologia, de resistência cultural; é nesse domínio que se insere a discussão

¹ UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários - Rua Cristóvão Colombo, 2265, CEP: 15054-000 - São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil – camacho@sjrp.unesp.br

que pretendo fazer nesta apresentação: a variedade linguística que se emprega como motivação para a construção de identidade social.

O trabalho tem a seguinte organização: na parte 1, pretendo tratar da relação conflitante entre norma padrão e variedades estigmatizadas; na parte 2, procuro discutir os conceitos de norma e identidade social; na parte 3, discuto uma situação ilustrativa de como a atitude linguística pode refletir a identidade social; finalmente, na parte 4, discuto os conceitos de norma e comunidade de fala na sociolinguística.

1. Norma padrão e variedades estigmatizadas

Uma consequência teórica da atuação das forças centrífugas sobre a comunicação humana é o princípio, formulado por Weinreich, Labov e Herzog ([1975] 2006) de que a variação e a mudança constituem propriedades constitutivas da linguagem. Atuando no polo contrário, as chamadas forças centrípetas estabelecem princípios de padronização, buscando critérios que possam determinar que variedade de uma língua qualquer deva ser considerada mais apropriada para publicações governamentais, ensino público, uso na mídia e demais instituições públicas. Em outros termos, que variedade deve ser eleita como língua oficial.

A discussão desse assunto enveredou para um campo aparentemente neutro ao se entender a padronização como um procedimento de seleção entre variantes com a finalidade de obter uniformização em alguns usos mais formais da modalidade oral e da modalidade escrita. Entretanto, a noção de padronização tem aspectos simbólicos que ultrapassam muito seus aspectos puramente técnicos e programáticos.

Mesmo nos casos em que se atribui a padronização ao trabalho das academias, as pessoas passam a acreditar que a língua descrita nas gramáticas e nos dicionários é a única variedade correta para todas as circunstâncias de interação.

A estratégia cortadora da relativa, que se vê no exemplo (1a), é usada com extrema frequência em vários contextos sociais por todos os tipos de falantes, mas a impressão que passa é a de que a estratégia padrão, que se vê em (1b), é a única correta, mesmo para situações informais de fala, quando é apenas mais adequada para o uso formal escrito em geral.

(1) a se tem uma amiga **que** você gosta muito (dela)... cê tem compromisso com ela (Iboruna-AC-114:L 812).

b se tem uma amiga **de quem** você gosta muito... cê tem compromisso com ela

Mais grave ainda é a situação de relativa de genitivo: a alternante considerada padrão com o pronome cujo (2a) é praticamente desconhecida da grande maioria dos falantes que dá ampla preferência pela variante cortadora (2b)

(2) a e fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um **orçamento** cujos, **cujos índices de inflação** são extremamente menores do que daqueles, ah, que nós encontrávamos antes do plano real (Bra95:PlanoReal)

b e fica mais fácil para o próprio empresário também trabalhar dentro de um **orçamento** cujos, **que os índices de inflação (dele)** são extremamente menores do que daqueles, ah, que nós encontrávamos antes do plano real (Bra95:PlanoReal)

A noção de correção, derivada de algum critério padronizador, é, portanto, entendida num sentido tão absoluto que produz o imaginário de que deixar de usar uma variante prescrita pela norma padrão equivale a deixar de usar a língua real.

Como o termo *padrão* é em si mesmo socialmente neutro e, por isso, semanticamente ambíguo, pode-se afirmar que há dois tipos de padronização, que Fasold (2006) identifica como mínimo e arbitrário.

Como o estabelecimento de um padrão mínimo se baseia numa escala de mensuração, respeitá-lo implica atingir o ponto de referência adotado como medida de aceitabilidade. Já o estabelecimento de um padrão arbitrário envolve aspectos totalmente diferentes: assenta-se em características não mensuráveis do comportamento que resultam de convenções socialmente estabelecidas.

O uso que um linguista faz da expressão *variedade de prestígio* implica a referência necessária a um padrão arbitrário. Algo similar às regras convencionais que governam, por exemplo, o uso de garfo para a ingestão de alimentos sólidos e a de colher para a ingestão de alimentos líquidos (ainda que seja muito mais prático usar uma colher para comer um alimento sólido como ervilha).

É extremamente vantajoso haver consenso em torno de certos padrões arbitrários para o uso de uma língua, que são reconhecidamente derivados de um acordo tácito. Em

geral, é a aceitação social que deveria fornecer um padrão arbitrário operacional, não alguma superioridade inerente das características que ele especifica.

A ideia de correção só tem sentido se for considerada em relação às convenções estabelecidas entre os falantes. Padrões arbitrários de correção mudam, ainda que vagarosamente e, enquanto isso ocorre, as penalidades possíveis são derivadas das regras sociais convencionalmente estabelecidas, que se resumem em seguir ou não os padrões arbitrários em circunstâncias em que eles devem ou não devem ser observados.

Uma clara diferença de tratamento no português brasileiro está nas diferentes acepções do fenômeno correntemente chamado “gerundismo”². Um gramático purista o vê como um uso exagerado, “por imitação do inglês” (um “anglicismo” talvez?) o que implicaria, portanto, exceder o padrão mínimo aceitável. Já um linguista o vê como uma forma normal de expressão, derivada do próprio sistema, e usada no jargão dos *call centers* como um jeito inovador de evocar um evento irrealis³; ou, pelo menos, um evento que deve ocorrer num tempo imediatamente posterior ao do momento de fala. O efeito de sentido resultante é, claramente, o de uma forma de procrastinação.

Os fatos convencionais, produzidos com base no estabelecimento de um padrão arbitrário, nos termos de Fasold (2006), possibilitam ao observador detectar uma média objetiva entre os usos correntes para registrar o que, na fala é sentido como normal. Já os fatos designados a partir de uma medida externa qualquer produzem apenas a situação subjetiva dos juízos de valores, a que o epíteto *normativo* é mais aplicável.

À primeira vista, o processo de padronização linguística parece uma questão inofensiva, mais vinculada a estilo e à convenção: alguns gêneros textuais, especialmente os escritos, requerem que os usuários de uma língua concordem com a existência de um sistema de variantes que funciona como um padrão mediante o qual todos os estilos sejam esteticamente agradáveis e perfeitamente inteligíveis.

Só a primeira vista esse modo de fixação parece ser tão inofensivo. Ocorre que o segmento socioeconômico controlador das instituições é justamente o que decide o que é ou não norma. Invariavelmente, a norma assim estabelecida está intimamente próxima da variedade falada de quem toma esse tipo de decisão, mas de um ponto de vista em que o padrão estabelecido tem um piso mínimo que deve ser respeitado. Essa decisão

2 Entende-se por “gerundismo” a construção com a estrutura futuro próximo com o auxiliar *ir* + verbo principal no gerúndio, *Vamos estar encaminhando seu pedido amanhã sem falta*, usada como alternante para o futuro imediato sem gerúndio, *Vamos encaminhar seu pedido amanhã sem falta*.

3 De um modo geral, a noção de modo irrealis está ligada a eventos não-factuais (*Ela virá amanhã*), e contrafactuais (*Ah se eu pudesse voar!*).

está muito distante do ponto de vista arbitrário de norma sustentado pelo linguista. Desse modo, as variedades do português, faladas pela imensa maioria dos falantes de baixa escolaridade, as chamadas variedades estigmatizadas, não são tratadas apenas como diferentes, mas como uma forma corrompida ou degradada da norma padrão.

Estabelece-se como uma medida mínima a conformação das variedades à modalidade escrita e literária dos escritores do passado, tomada como ponto de referência. É considerada incorreta uma variante que estiver fora da medida estabelecida pelo padrão mínimo, isto é, a que for usada em situações informais por falantes de baixa escolaridade.

Cumprido, por outro lado, refletir agora sobre como a questão da identificação entre norma padrão e língua está em tensão constante com outros significados sociais igualmente relevantes, que, muitas vezes, têm um valor simbólico de contraideologia, de resistência cultural.

2. Norma e identidade social

A aquisição de uma variedade linguística de prestígio é vista por Labov ([1964] 1974) como um processo de conformidade gradual do indivíduo, da infância ao fim da adolescência, com a modalidade de linguagem empregada por falantes adultos do mesmo grupo social.

Com base em evidências empíricas, Labov ([1964] 1974) traça o esboço de um modelo de representação desse processo, constituído por seis estágios. O processo se inicia pelo domínio do conjunto essencial das regras gramaticais e do léxico da modalidade falada, em que predomina a influência dos pais, e culmina com o domínio de uma diversidade consistente de registros, perfeitamente adequados às inumeráveis situações de interação social.

Esse processo contém duas fases intermediárias cruciais, em que, na adolescência, o indivíduo se torna particularmente sensível ao significado social da variedade que emprega, agregando à sua competência verbal a capacidade de discriminar formas alternantes de expressão. Em outros termos, o indivíduo passa a reconhecer a existência da norma de prestígio que rege as produções verbais da comunidade.

É necessário assinalar, entretanto, que o processo de aquisição da variedade prestigiada não se aplica indiscriminadamente a todos os indivíduos e os obstáculos que oferecem maior resistência têm causas de natureza diversa. Labov ([1964] 1974) aponta a marginalização do acesso à variedade padrão de indivíduos socialmente destituídos. Outras causas possíveis são as interferências mecânicas, decorrentes das diferenças estruturais entre a variedade de prestígio e a estigmatizada. Em relação ao português, por exemplo, adquirir formas prestigiadas, como *planta*, em vez de *pranta* pode se esbarrar na multiplicidade de novas distinções fonológicas, como *clave* x *crave*, que jovens, falantes da variedade estigmatizada, necessitariam adquirir.

Embora pareçam relevantes, esses problemas não ombreiam, em importância, com a barreira levantada por conflitos entre diferentes sistemas de valores. Esse tipo de interferência, que resvala na questão ideológica embutida no próprio processo de padronização linguística, é seguramente um obstáculo que nem sempre se deseja transpor.

A variedade linguística que se emprega é fator concorrente para a construção de identidade social. Basta ver o que diz Eckert (2000), ao repropor o conceito de variável linguística como o lugar da construção do significado social da linguagem, desenvolvido, segundo a autora, no próprio processo de articulação e de envolvimento dos indivíduos com as comunidades de práticas⁴ em que participam.

Assim, se a variedade é considerada socialmente estigmatizada, em contraposição à norma padrão, veiculada principalmente pelo sistema de ensino, instaura-se um conflito entre os valores que a instituição escolar pretende inculcar e os que o aprendiz compartilha com sua própria comunidade de prática (Eckert, 2000) e que, em última instância, identificam-no simbolicamente como membro dela.

Recusar a aprender a norma culta pode significar, para um membro de uma comunidade socialmente marginalizada, rejeitar os valores culturais próprios da classe

4 Esse conceito propõe, em primeiro lugar, uma revisão da noção de comunidade linguística e, em segundo lugar, da noção de comunidade social. Uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se juntam para se engajar em algum empreendimento comum. Na esteira desse engajamento, a comunidade de prática desenvolve meios para fazer coisas que se traduzem em práticas e essas práticas envolvem a construção de uma orientação compartilhada em relação ao mundo em volta – uma definição tácita que assumem um em relação ao outro e em relação a outras comunidades de prática. Para ilustrar o que entende por comunidade de prática, Eckert (2000) menciona o caso de uma banda de rock. As práticas que surgem do trabalho coletivo dos integrantes incluem a seleção do repertório, compartilhamento de valores a respeito dos tipos de música e de si mesmos em relação aos outros grupos musicais, formas de comportamento nas apresentações, formas de desenvolvimento das canções. Isso tudo sugere a criação de certo estilo. A produção estilística, que pode ser tanto linguística quanto comportamental, é a base sobre a qual ocorre a negociação do significado social e da identidade.

mais alta que se acham implícitos na expressão verbal e, ao mesmo tempo, preservar a própria identidade social. O primeiro trabalho conhecido de Labov (Labov, [1972] 2008) sobre a estrutura sociolinguística da Ilha Martha's Vineyard apresenta evidências que sustentam a hipótese de conflito de sistemas de valores entre adquirir a variedade de prestígio e preservar a própria variedade social.

A centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ em contraposição à forma padrão vigente, não centralizada, é um processo típico de uso exacerbado de uma variante conservadora como um recurso linguístico de manifestação de identidade social. Trata-se claramente de um processo de afirmação de integração na comunidade, que faz do indivíduo um representante legítimo do grupo social que vive uma situação de perda econômica e, conseqüentemente, de seu espaço físico e social na ilha.

Centralizar significa, no plano simbólico, ostentar linguisticamente a herança do proprietário tradicional da ilha – o pescador - proprietário moral e de direito, contra a irresistível usurpação financeira motivada pela especulação imobiliária, progressivamente instalada pela invasão de turistas em temporada de veraneio (Labov, [1972] 2008).

Outro exemplo relevante são os reflexos para o ensino da língua portuguesa padrão da situação de variação numa comunidade multilingue, como a de Moçambique (Saguate, 2011). Em consequência da política linguística colonial e pós-colonial, o aprendizado formal do português em Moçambique (e a prática de atividades nacionais e oficiais) é desenvolvido exclusivamente com base na norma padrão do português europeu. A instauração dessa situação coloca os não praticantes da norma à margem do sistema nacional e os motiva, ao mesmo tempo, a criar formas alternativas de comunhão (Firmino, 2008), posição que Blommaert et alii (2005) também defendem.

3. Um caso exemplar: atitude linguística e identidade social

Vejamos, agora, como esse espaço de produção de diferentes normas representa uma base segura para fornecer uma hipótese explicativa para dados fornecidos por jovens brasileiros, socioeconomicamente marginalizados, que, ao menos teoricamente, estariam em processo progressivo de aquisição da norma padrão.

A obtenção das evidências é o resultado prático da aplicação de um teste simples de avaliação social de variantes comprovadamente estigmatizadas na comunidade que,

como na primeira versão da teoria sociolinguística, são em geral de natureza fonológica (Camacho, 1984; Camacho, 2013). O reconhecimento do significado social das variáveis foi obtido indiretamente, mediante a indicação da ocupação, entre duas diametralmente opostas, que o informante julgava ser mais adequadamente aplicada ao falante de um enunciado ouvido numa gravação.

Cada variável testada é constituída pelas seguintes classes de variantes:

- vibrante alveolar e retroflexa em final de sílaba: *mar* e *carta*;
- vibrante alveolar e sua homorgânica lateral, como segundo membro de um grupo consonantal: *planta* e *pranta*;
- semivogal anterior e lateral palatal em posição intervocálica: *foia* e *folha*;
- ditongo /ejN/ em posição átona final e sua alternante simplificada: *garagem* e *garagi*;
- ditongo /awN/ em posição átona final e sua alternante simplificada: *órfão* e *orfu*;
- nasal dental e oclusiva homorgânica oral, precedidas de vogal nasal em gerúndios: *levano* e *levando*;
- inserção ou não-inserção de semivogal anterior antes de fricativa alveolar em final de palavra: *meis*, *mês*;
- inserção ou apagamento de vibrante em final de palavra: *levar* e *levá*;
- ausência ou presença de fricativa alveolar em posição átona final: *vamos* e *vamo*;
- retroflexa e semivogal posterior em final de sílaba: *farta* e *fauta* (grafada *falta*).

O mesmo teste, aplicado a um grupo de falantes adultos da mesma comunidade com nível superior de escolaridade, detectou o grau de estigmatização das variantes em cada par. De acordo com os resultados obtidos, em todas as variáveis investigadas, os parâmetros sugeriram que uma das variantes dispõe de um grau médio a muito alto de estigmatização.

Atribuiu-se o grau muito alto de estigmatização à pronúncia de r-retroflexo em vez de semivogal posterior, semivogal anterior em vez de lateral palatal, vibrante em vez de lateral como segundo membro de um grupo consonantal e apagamento de fricativa alveolar. O patamar alto de estigmatização foi atribuído às seguintes variantes: apagamento de vibrante em final de palavra e simplificação do ditongo /ejN/. O patamar

médio de estigmatização, às seguintes variantes: inserção de semivogal anterior antes de fricativa, pronúncia retroflexa da vibrante em final de sílaba, simplificação do ditongo /awN/ e, finalmente, pronúncia de nasal em vez de sua homorgânica oral em gerúndios.

Como a comunidade adulta escolarizada identificou todas as variáveis testadas com grau médio e alto de prestígio social, somente seria possível esperar, em termos de conformidade dos jovens com a norma padrão, um reconhecimento progressivo das variantes de prestígio em correlação com o aumento progressivo de amadurecimento etário. O indício mais evidente da habilidade testada de reconhecimento do valor social agregado estaria na indicação da ocupação de menor prestígio para a variante estigmatizada e da ocupação de maior prestígio para a variante não estigmatizada. Em suma, o grau de eficiência na indicação do valor social deveria apresentar, portanto, um acréscimo proporcional ao acréscimo de maturidade dos informantes. O problema é que não ocorreu de fato essa correlação positiva esperada.

Os resultados tenderam para um padrão de desempenho cuja relação entre reconhecimento e maturidade etária é simplesmente inversamente proporcional:

12 anos: 72,2%;

13 anos: 69,0%;

14 anos: 64,7%;

15 anos: 63,2%;

16 anos: 63,1

(Camacho, 1984:240; Camacho, 2013:79).

Se a variável independente em jogo é escolaridade, os dados manifestam o mesmo padrão de desempenho no teste. Uma intrigante relação inversamente proporcional entre grau de escolaridade e grau de competência no reconhecimento das variantes de prestígio em que o índice de eficiência no teste decresce de 70,2% na 5ª série para 63,5% na 8ª série.

Pode parecer redundante considerar, para um mesmo grupo de informantes, resultados baseados na distribuição deles por faixa etária e escolaridade, já que, geralmente, há uma correlação diretamente proporcional entre esses dois fatores. Tal correlação não é, entretanto, assim tão óbvia no grupo de informantes em foco, cuja distribuição ao longo da seriação escolar é tão incompatível que nenhuma faixa etária em cada série escolar dispõe de incidência significativamente majoritária de indivíduos.

Para tornar mais explícita essa relação inversamente proporcional entre aquisição da variedade padrão e grau de maturidade basta isolar grupos de informantes cuja relação de compatibilidade entre maturidade e seriação escolar esteja próxima da situação ideal. Feito esse enfoque alternativo, os resultados permitem identificar o seguinte padrão de desempenho:

5ª série/12 anos: 75,5%;

6ª série/13 anos: 68,7%;

7ª série/14 anos: 62,4%;

8ª série/15 anos: 61,6%

(Camacho, 1984: 252; Camacho, 2013: 801).

É no mínimo curioso que, decorridos oito anos de exposição ao processo escolar formal, com a ênfase especial que o sistema de ensino deposita no princípio de correção, jovens do grupo socioeconomicamente marginalizado deixem de associar prestígio e correção. Não poderiam ter recusado inconscientemente qualquer contaminação de um sistema de valores que destoasse de seu próprio?

Outro ingrediente pode tornar ainda mais intrigante esse comportamento. Conforme mencionado antes, a avaliação social do grupo adulto escolarizado conferiu às variáveis diferentes graus de estigmatização, considerando, sobretudo, que todas as variáveis investigadas contêm uma alternante neutra ou de prestígio. O grupo adolescente, no entanto, não manifesta o mesmo reconhecimento que o grupo adulto do valor altamente estigmatizado de algumas variantes, como o uso da retroflexa em vez de semivogal posterior, semivogal anterior em vez de lateral palatal e vibrante em vez de sua homorgânica lateral em grupos consonantais.

Já é de natureza diametralmente oposta a reação subjetiva dos informantes socioeconomicamente favorecidos da mesma comunidade a esse mesmo conjunto de variáveis. O padrão de desempenho evidenciado nos dados indica uma correlação estável diretamente proporcional entre reconhecimento de valor social e as variáveis que os identificam socialmente como grupo (maturidade e escolaridade).

É possível deduzir disso que o comportamento desse outro grupo de jovens mantém a hipótese de conformidade gradual com a variedade padrão dominada pelo grupo adulto mediante o reconhecimento das formas de prestígio em oposição às formas

estigmatizadas.⁵

As investigações de Labov ([1972] 2008) sobre a estrutura sociolinguística da variedade falada na cidade de Nova Iorque permitem-nos avaliar como verdadeiramente surpreendente a natureza uniforme das reações subjetivas a despeito da grande diversidade linguística existente. Por exemplo, os nova-iorquinos variam enormemente na forma de pronunciar determinada variável fonológica, mas a maioria deles é capaz de identificar as formas não padrão na fala de outras pessoas, estigmatizando socialmente os que as empregam. Além disso, os que apresentam uma incidência mais significativa de formas não padrão em sua própria fala mostram-se mais sensíveis do que outros na percepção, na identificação e na estigmatização dessas alternantes na fala dos outros.

Como as reações subjetivas parecem ser, portanto, mais uniformes em seu conjunto que o desempenho objetivo, Labov ([1972] 2008) postula que o critério definidor de comunidade de fala é a existência de um conjunto de normas que seus membros compartilham entre si, a despeito da diversidade no uso, uma clara assimetria entre padrão real e padrão ideal. Está suficientemente claro que o reconhecimento de valores sociais vinculados à expressão verbal, embutido nos testes de reação subjetiva, é critério determinante para a identificação do próprio conceito de norma que Labov ([1972] 2008) desenvolve.

4. O conceito de norma da sociolinguística variacionista

A norma ou padrão arbitrário é um componente constitutivo da estrutura sociolinguística na medida em que configura dois modos distintos, mas complementares de existência: o de norma objetiva e o de norma subjetiva. Tomando-se, em primeiro lugar, a noção de norma objetiva, pode-se afirmar que as realizações linguísticas enunciadas no interior de uma comunidade constituem uma estrutura de duas dimensões, uma social e uma estilística, na medida em que se acham correlacionadas tanto à posição social dos interlocutores quanto às condições de produção dos discursos que enunciam. Tomando-se, em segundo lugar, a norma subjetiva, pode-se dizer que seu papel é identificar um padrão regulador, implícito ou explícito, que rege o desempenho linguístico objetivo.

⁵ Omito aqui os dados relativos ao desempenho desse grupo, que podem ser obtidos em Camacho (1984), por preferir centrar o foco de interesse apenas no comportamento dos jovens de classe baixa.

A função de indicar a identidade social dos interlocutores implica a preservação dos mecanismos de dominação e controle exercidos pelos setores socioeconômica e culturalmente privilegiados, principalmente através das instituições que seus membros controlam. Um desses mecanismos, invocados por Labov ([1972] 2008) para explicar a variação como fenômeno de mudança, é a chamada “mudança de cima”.

Segundo Labov ([1972] 2008, p. 210-212), é na fase de propagação de uma mudança, em que a forma inovadora é adotada por grandes grupos de falantes em contraste com a forma antiga, conservadora, ao longo de uma grande frente de interação social, que o valor social é inevitavelmente associado com as duas variantes em competição. Nesse caso, há dois tipos distintos as forças sociais que se exercem sobre a língua, as que ele chama “pressões de cima” (*pressures from above*) e as que ele chama “pressões de baixo” (*pressures from below*). Por “baixo”, deve-se entender “abaixo do nível da percepção consciente”. As pressões vindas de baixo operam sobre o sistema linguístico como um todo em resposta às motivações sociais que são relativamente obscuras, apesar de terem um grande significado para a evolução geral da língua.

Já as pressões vindas de cima representam o processo aberto de correção social aplicado a formas linguísticas individuais. Em termos sociais esse processo se refere às variantes das camadas mais altas, que se difundem depois pelos estratos mais baixos. Um exemplo de mudança de cima na fala de Nova Iorque é a inserção de (r) em posição de pós-vocálica, seguida ou não de uma consoante, como em *car* e *card*, conforme se observa na Figura 3.

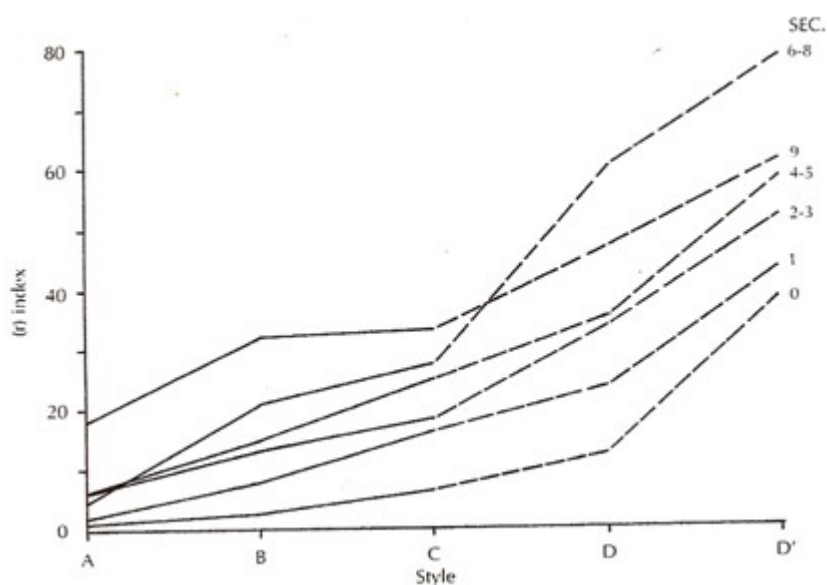


Figura 1: Estratificação social da variável (r)
(Adaptado de Labov, [1972], 2008, p. 143)

Nesse processo, Labov ([1972] 2008) chama a atenção para o papel fundamental da classe média baixa, mais especificamente para o papel da hipercorreção na propagação da mudança linguística. O que mostram os dados da Fig. 1 é que, num extremo, somente um grupo social não apresenta qualquer grau significativo de pronúncia de (r) no estilo casual (A). No quotidiano, a pronúncia de (r) funciona como um marcador de prestígio do grupo situado na camada mais alta da estratificação social. O grupo de classe média baixa, representado por 6-8, mostra a mesma frequência pouco significativa de pronúncia de (r) exibido pelas classes baixa e operária. No entanto, conforme aumenta progressivamente o grau de formalidade, a classe média baixa apresenta um significativo acréscimo nos índices de inserção de (r), chegando a ultrapassar o comportamento da classe média alta nos dois estilos mais formais, interpretados no gráfico como D e D'⁶. É esse padrão de ultrapassagem estatística nos estilos mais formais de pronúncia da forma de prestígio que Labov ([1972] 2008) chama de hipercorreção.

Falantes que aspiram à mobilidade social ascendente são extremamente sensíveis aos valores simbólicos de prestígio identificados na fala. Labov ([1972] 2008) mostra que a pronúncia da consoante inicial de palavras como *this* e *there*, representada pela variável (dh), é fortemente correlacionada com a estratificação social dos falantes.

A variante de prestígio, a interdental [ð], é mais suscetível de ser produzida por falantes de classe média, enquanto falantes da classe operária tendem a não a forma estigmatizada [d]. Ao comparar o grupo de falantes com aspiração à mobilidade social ascendente com o grupo de falantes com afiliação social estável, Labov ([1972] 2008) mostra que a fala do grupo em curso de ascensão social se ajusta à do grupo mais acima na escala que atua como o alvo de suas aspirações.

Esses elementos estáveis, que representam posições sociais marcadas, podem constituir um pequeno número de fenômenos situados no nível da conscientização social explícita, que atuam, portanto, como estereótipos. Para (ing) alguém pode dizer que o falante “drop his g’s” (engolem o g) ou ser um daqueles “dese, dem and dose guys” (aqueles caras que falam *dese*, *dem* e *dose*)⁷.

6 Labov ([1972] 2008) emprega uma técnica para isolar estilos potencialmente detectados na fala real, mediante o uso de testes. Os dois estilos, que caracterizam o registro de entrevista, são o estilo A e o estilo B, definidos como casual e cuidadoso, respectivamente; o estilo C se refere à leitura de um texto, o estilo D, à leitura de listas de palavras e o estilo D', à leitura de pares mínimos.

7 Os estereótipos produzem uma visão pouco sistemática da estrutura linguística: a correção social explícita da fala é extremamente irregular, já que focaliza os itens lexicais mais frequentes, ao passo

Essa situação de variação e prestígio não impede que inovações possam se originar nos estratos mais baixos da população. A menos, contudo, que elas obtenham a aceitação das classes altas, o processo evolutivo não se completa e os membros das classes privilegiadas passam a estigmatizar a forma introduzida nos estratos mais baixos, mediante o controle que exercem sobre as várias instituições da rede de comunicação social (Labov, [1972] 2008).

Esse processo de controle dá início a uma mudança de cima, representando uma correção esporádica e irregular das formas em mudança em direção da variedade de maior status social, ou seja, o modelo de prestígio. Segundo Labov ([1972] 2008), esse modelo é o padrão que os falantes ouvem a si mesmos usando e, por isso, regulando o monitoramento auditivo do sinal da fala.

No entanto, a função de identificar a posição social pode implicar também a propagação de contraideologias, dialeticamente contrárias à instauração da norma de uso imposta de cima. Labov alude a esse mecanismo como mudança de baixo. A adoção de variantes da classe alta é, muitas vezes, inconscientemente inibida entre membros da classe operária nas situações em que a reiteração de seus próprios meios de expressão representa um esforço para se identificarem como classe. A centralização crescente dos ditongos /ay/ de *right* e /aw/ de *house* entre os habitantes da Ilha Martha's Vineyard, antes mencionada, é um caso típico de manifestação de identidade cultural dos pescadores da Ilha contra a ameaça ao seu tradicional território.

Esse aspecto do processo de atribuição de valores sociais à expressão linguística parecer ser a hipótese mais produtiva para explicar o comportamento manifestado no teste pelos jovens escolares de classe baixa. Uma possível rejeição das regras normativas pode significar paralelamente uma possível recusa de se identificarem com o sistema de valores de outros grupos sociais. No enfoque tradicional de norma e gramática, esse tipo de desempenho seria indubitavelmente interpretado como um claro indicio de deficiência verbal, de privação cultural e outros epítetos similares que mal disfarçam um conteúdo discriminatório.

Além disso, os resultados aqui discutidos permitem postular uma reinterpretação do conceito laboviano de comunidade linguística em proveito da definição sugerida por Marcellesi e Gardin (1975). Não se trata de um grupo socialmente unificado por um conjunto de normas, como entende Labov ([1972] 2008), mas de um conjunto de grupos

que o curso real da mudança linguística, que produz as formas marcadas dessas variáveis, são altamente sistemáticas e regulares (Labov, [1972] 2008, p. 287).

sociais que se relacionam dialeticamente no mesmo processo de criação de um sistema de normas que, se é controlado pelo grupo dominante, é contestado por grupos marginais num processo permanente de tensão política.

A interpretação de estrutura sociolinguística, proposta por Labov ([1972] 2008), é tributária de certa concepção de sociedade cujo dinamismo resulta da aspiração das classes baixas para a mobilidade social ascendente dentro das regras de um jogo neoliberal não exatamente do antagonismo das classes sociais, que veria as relações de produção como lugar possível de luta e reivindicação social. É, por exemplo, a “tradição cultural” que vincula certo apego da classe operária a seu modo próprio de expressão, quando é, na realidade, uma norma oposta à da classe dominante, como um mecanismo possível de consciência da posição que detém nas relações sociais.

Considerações finais

É forçoso reconhecer, na atribuição de valores normativos, a própria dialética das relações sociais, apenas subentendida nos trabalhos de Labov, a qual os resultados aqui discutidos permitem entrever. Segundo afirmam Blommaert et alii (2005), uma política baseada em valores de classe pressupõe a existência de um sistema normativo, que fornece à comunidade uma taxonomia de lugares considerados “bons” e de lugares considerados “ruins”. Esse mecanismo homogeneizador frequentemente aparece como um discurso do padrão, da normatividade e do monocentrismo cujas normas e costumes do “centro” (em geral, os da classe média) são admitidos como os únicos válidos e como os únicos a garantir sucesso e mobilidade social ascendente.

Deixar de seguir essa norma da classe média é visto como deixar de seguir as normas, o que implicaria deixar de cumprir o único percurso possível para o sucesso na sociedade, mediante ascensão aos lugares “bons”. Os que deixam de seguir as normas são logo qualificados como “problemáticos”, “anormais”, “marginais” etc (Foucault, 2003 apud Blommaert, 2005:379). Está diretamente envolvida com esse conceito a educação como um sistema destinado à reprodução social e cultural, na visão de Bourdeu e Passeron (1975).

Blommaert et alii (2005) defendem que o caráter homogeneizador vinculado a essas práticas políticas, que só admitem enxergar diferenças em sociedades desiguais, obscurece a visão e a avaliação acurada das dinâmicas locais ocorrendo em partes desse

sistema. A “margem”, por assim dizer, não é necessariamente um espaço onde as pessoas falham em seguir as normas, mas deve ser vista como um espaço onde se produzem normas diferentes, mas relacionadas entre si, em resposta às limitações e às possibilidades locais.

A atribuição de valores sociais a variáveis linguísticas é o próprio processo de criação, reprodução e veiculação da norma, através das instituições controladas pelo grupo mais privilegiado, uma das quais é o próprio sistema escolar. Apesar de seu caráter dominante, essa ideologia é incapaz de unificar a competência linguística de todos os grupos sociais e, desse modo, a linguagem acaba sendo o espaço privilegiado do processo sempre renovado de valores sociais em oposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Blommaert, Jan et alii. 2005. Peripheral normativity: Literacy and the production of locality in a South African township school. *Linguistics and Education*, v. 16, p. 378–403.

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean Claude. 1975. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. R. Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Camacho, Roberto Gomes. 2013. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo, Parábola, 2013.

Camacho, Roberto Gomes. 1984. *Conflito entre norma e diversidade no ensino da língua portuguesa*. 322f Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

Eckert, Penelope. 2000. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell.

Fasold, Wolfram. 2006. The politics of language. In: Fasold, Ralph; Connor-Linton, Jeff (Orgs.). *An introduction to language and linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 373-400.

Firmino, Gregório. 2002. *A “questão” linguística na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*: Maputo: Promédia.

Labov, William. [1972] 2008. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. M. Bagno, M. Scherre, C.S. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial.

Labov, William. [1964] 1974. Estágios na aquisição do inglês *standard*. Trad. de Luiza Leite B. Lobo. In: Fonseca, Maria Stella V.; Neves, Moema F. (Orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado. p. 49-86.

Marcellesi, Jean-Baptiste; Gardin, Bernard. 1975. *Introdução à sociolinguística. A linguística social*. Trad. Maria de Lourdes Saraiva. Lisboa: Editorial Aster.

Saguate, Artinésio Widnesse. 2011. *Variação lexical e sintática na produção escrita formal do português em Moçambique*. 149 f (Dissertação) Mestrado. Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto.

Weinreich, Uriel; Labov, William; Herzog, Marvin. [1968] 2006. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.

